

ECONOMIA

ORÇAMENTO

Governo anuncia corte de R\$ 42 bilhões

Objetivo é evitar que previsão de déficit de R\$ 139 bilhões saia do controle. Desoneração da folha é suspensa

Brasília – Após adiamentos e de uma semana de intensas negociações, o anúncio do Orçamento deste ano foi feito ontem prevendo corte de R\$ 42,1 bilhões nas despesas da União. Para chegar ao cálculo que a equipe econômica acredita que contribuirá para não aumentar o déficit de R\$ 139 bilhões fixado para 2017, o governo conta com receitas extras de mais de R\$ 10,1 bilhões com a venda de quatro hidrelétricas que pertenciam à Cemig e foram reintegradas à União, além da suspensão de benefícios fiscais na folha de pagamento, o que significará mais R\$ 4,8 bilhões. O governo não pôde contar com o ganho extraordinário de R\$ 8,7 bilhões com precatórios não reclamados por beneficiários. Até o último momento isso foi tentado pela equipe econômica, o que permitiria corte menos profundo, em torno de R\$ 30 bilhões.

Uma hora antes do anúncio, os ministros Henrique Meirelles, da Fazenda, e Dyogo Oliveira, do Planejamento, acompanhados pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, ainda buscavam no Supremo Tribunal Federal (STF) consultoria da presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia. O aumento de tributos se resumiu à cobrança de

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de cooperativas de crédito. Essa tributação acrescentará aos cofres do Tesouro R\$ 1,2 bilhão.



Meirelles apresentou os números

O corte deve ser feito com contingenciamento de R\$ 10,5 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de R\$ 10,9 bilhões das emendas parlamentares e de R\$ 20,1 bilhões das despesas dos demais órgãos do Executivo. Nos outros poderes a tesourada será de R\$ 580 milhões. Quanto ao fim da desoneração, só mantiveram o benefício os setores de construção civil e obras de infraestrutura, metrô, trens, transporte rodoviário e comunicações. “São setores vitais para manutenção de empregos”, afirmou Meirelles.

Sob grande pressão para fechar as contas de 2017 no prazo estipulado pelo Tribunal de Contas da União, que se encerrará amanhã, Meirelles e Dyogo Oliveira ainda buscavam, na noite de ontem, embasamento técnico

para sustentar previsões de arrecadação que permitissem mais redução no corte de despesas. Além das crescentes resistências à alta de impostos, a maior preocupação da equipe econômica era com estimativas de receitas extraordinárias. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi o órgão de controle que condenou as projeções de orçamento feitas durante o governo de Dilma Rousseff.

O principal imbróglio no Orçamento estava na previsão de receitas com precatórios, pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, já depositados na Justiça, mas não sacados pelos beneficiários. A própria AGU já publicou instruções para que R\$ 8,6 bilhões sejam recuperados pelo Tesouro Nacional.

RESULTADO

Grupo CEEE lucra R\$ 396 milhões

O Grupo CEEE registrou lucro líquido de R\$ 396,6 milhões em 2016. É o primeiro resultado positivo desde 2009. No ano anterior, em 2015, o Grupo teve prejuízo de R\$ 429,3 milhões. Segundo o balanço apresentado ontem, em Porto Alegre, o resultado positivo foi puxado pelo desempenho da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), que obteve lucro líquido de R\$ 923,7 milhões em 2016 frente aos R\$ 84,9 milhões apurados em 2015. Já a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) mostrou um prejuízo de R\$ 527,2 milhões, seguindo o mesmo patamar dos R\$ 514,2 milhões negativos de 2015.

Os destaques do balanço de

2016 são, na CEEE-GT, o acréscimo de R\$ 1,266 bilhão em seu ativo financeiro, resultado do reconhecimento de valores da RBSE (Rede Básica de Sistemas Existentes), que em seu primeiro ano impactou R\$ 1,266 bilhão na receita operacional líquida e R\$ 301,3 milhões nas previsões de imposto de renda e contribuição social, além de R\$ 964,8 milhões no lucro líquido. A RBSE terá reflexos nos próximos oito anos, conforme explicou o diretor financeiro Roberto Calazans. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) passou de R\$ 560 mil negativos em 2015 para R\$ 1,175 bilhão positivos em 2016. A receita operacional líquida também evoluiu: R\$ 1,873 bilhão em 2016 frente a

R\$ 542,7 milhões em 2015.

Na CEEE-D o destaque foi a retração do déficit operacional, conquistada com a revisão tarifária periódica em novembro de 2016. Apesar do efeito tarifário (redução média de 16,28%), o investimento elevou em 20% a receita, incremento de R\$ 120 milhões. Somente a remuneração de capital cresceu 34,8%, trazendo retorno de R\$ 54,5 milhões. O resultado da CEEE-D, com variação de 2,5% no prejuízo registrado, ficou em R\$ 527,1 milhões em 2016 frente a R\$ 514,2 milhões em 2015. O Ebitda teve variação de 56%, sendo R\$ 378,1 milhões em 2016 e R\$ 243 milhões em 2015.

Calazans observou ainda que o Grupo contratou a Ceres Inteligência Financeira para analisar quais ativos, entre os 18 existentes, a empresa pode vender. O resultado deve sair em julho.



Roberto Calazans

direto ao ponto

Fiergs e CGU realizam seminário amanhã

■ Controladoria-Geral da União (CGU) e Federação das Indústrias do RS realizam o seminário Integridade Corporativa, amanhã, às 10h, no Plenário Mercosul da Fiergs (Assis Brasil, 8787), na Capital. O evento contará com a participação do ministro da Transparência, Torquato Jardim.

Gerdau vende 50% de ativos na Colômbia

■ A Gerdau assinou contrato para criar joint venture a partir da venda de 50% da participação na Gerdau Diaco, na Colômbia, com a Putney Capital Management, que é sócia na República Dominicana. Os ativos são unidades industriais de aços longos. A transação vale 165 milhões de dólares.

REGIÃO METROPOLITANA

Desemprego ficou estável

O desemprego na Região Metropolitana se manteve praticamente estável entre janeiro e fevereiro deste ano, passando de 10,6% para 10,8% da População Economicamente Ativa (PEA). O número total de desempregados em fevereiro foi estimado em 198 mil pessoas, 3 mil mais em comparação com o mês anterior, quando havia 195 mil.

Os resultados da pesquisa do mês de fevereiro foram apresentados ontem pela economista Iracema Castelo Branco, da Fundação de Economia e Estatística (FEE). A redução da ocupação (menos 11 mil ou -0,7%) foi superior à variação negativa da PEA (menos 8 mil ou -0,4%). A taxa de participação caiu de 51,9% para 51,6%. A taxa de desemprego aberto apresentou acréscimo. O índice avançou de 9,2% para 9,5% da PEA no mesmo período.

INDICADORES

Dólar recua e fecha em R\$ 3,11

Os negócios no mercado de câmbio podem ficar mais voláteis a partir de hoje, quando o Banco Central deve realizar o último leilão de swap para rolagem do vencimento de abril. Ontem a moeda perdeu 0,71% e fechou em R\$ 3,1178 após duas altas seguidas. A Bolsa, por sua vez, subiu aqui e no exterior com a melhora do apetite por risco.

IBOVESPA (29/03)

Alta de 1,37% (65.528,28 pontos)

Itaú Unibanco PN	R\$ 39,00	+1,48%
Petrobras PN	R\$ 14,45	+3,58%
Bradesco PN	R\$ 32,85	+2,08%
Ambev ON	R\$ 18,18	+1,34%
Petrobras ON	R\$ 15,16	+3,27%
Vale PNA	R\$ 28,76	+0,88%
BRF SA ON	R\$ 38,87	+0,57%
Vale ON	R\$ 30,11	+1,01%
Itausa PN	R\$ 9,77	+0,93%
Cielo ON	R\$ 28,11	-0,11%
JBS ON	R\$ 10,48	-0,66%
Global 40	930,437 centavos de dólar	-0,20%

CÂMBIO

COTAÇÕES | compra e venda

■ DÓLAR COMERCIAL/BALCÃO

29/03: R\$ 3,1173 e R\$ 3,1178

28/03: R\$ 3,1395 e R\$ 3,1400

■ DÓLAR PARALELO

29/03: R\$ 3,1800 e R\$ 3,2800

28/03: R\$ 3,2100 e R\$ 3,3100

■ DÓLAR PTAX

29/03: R\$ 3,1223 e R\$ 3,1229

28/03: R\$ 3,1297 e R\$ 3,1303

■ DÓLAR TURISMO

29/03: R\$ 3,1070 e R\$ 3,2500

28/03: R\$ 3,1070 e R\$ 3,2770

■ EURO TURISMO

29/03: R\$ 3,3500 e R\$ 3,5030

28/03: R\$ 3,3230 e R\$ 3,5570

■ OURO | BMF

29/03: R\$ 125,10 (-0,25%)

■ TAXAS

Selic: R\$ 12,25%

TJLP: 7,5%

Básica Financeira/Referencial

TBF (28/03 a 28/04): 0,8206%

TR (28/03 a 28/04): 0,0701%

POUPANÇA

30/03: 0,6527%

31/03: 0,6527%

01/04: 0,6527%

02/04: 0,5893%

03/04: 0,5809%

04/04: 0,604%

05/04: 0,6337%

06/04: 0,6857%

07/04: 0,6485%

08/04: 0,6381%

09/04: 0,6041%

10/04: 0,5858%

11/04: 0,5897%

12/04: 0,6212%

13/04: 0,647%

SALÁRIOS

Mínimo nacional:

R\$ 937,00

Mínimo regional:

Valores aprovados no Legislativo em 2016

1º: R\$ 1.103,66

2º: R\$ 1.129,07

3º: R\$ 1.154,68

4º: R\$ 1.200,28

5º: R\$ 1.398,65

IRPF |

Ano-Calendário 2015 a partir de abril

■ Isento até R\$ 1.903,98

■ 7,5%, dedução de R\$ 142,80:

R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65

■ 15%, dedução de R\$ 354,80:

R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05

■ 22,5%, dedução de R\$ 636,13:

R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68

■ 27,5%, dedução de R\$ 869,36:

Acima de R\$ 4.664,68

CONTRIBUIÇÃO | INSS

Assalariado

Até R\$ 1.659,38: 8%

De R\$ 1.659,39 até R\$ 2.765,66: 9%

De R\$ 2.765,67 até R\$ 5.531,31

(teto): 11%

Autônomo

De 20% do mínimo de

R\$ 937,00 (R\$ 187,40) a 20% do teto

de R\$ 5.531,31 (R\$ 1.106,26)

CESTA BÁSICA | Último mês

■ Dieese (fevereiro):

R\$ 435,51, queda de 4% no mês e

alta de 4,48% em 12 meses

■ Iepe/Ufrgs (fevereiro):

R\$ 784,26, queda de 0,19% no mês e

alta de 5,72% em 12 meses

INFLAÇÃO | Índices

Último mês divulgado

IPCA/IBGE (fevereiro): 0,33%

INPC/IBGE (fevereiro): 0,24%

IGP-M/FGV (fevereiro): 0,08%

Acumulado em 12 meses

IPCA/IBGE: 4,76%

INPC/IBGE: 4,69%

IGP-M/FGV: 5,38%

INCC-M e IGP-DI | FGV

INCC-M (março): 0,36%

Acumulado 12 meses: 5,87%

IGP-DI (fevereiro): 0,06%

Acumulado 12 meses: 5,26%

Fontes: Agência Estado, BC, Bovespa,

Dieese, FGV, Fipec, IBGE, RF, INSS e Ufrgs